Museu do Ceará – Origens e evolução histórica

Seridião Correia Montenegro*

Antecedentes – museus particulares no Ceará

Joaquim Antônio Alves Ribeiro, natural de Icó, nascido em 9 de janeiro de 1830, foi quem primeiro organizou um museu no Ceará. Formou-se em medicina pela Universidade de Harvard em 1853. Depois de defender tese perante a Faculdade de Medicina da Bahia, veio exercer a profissão na província natal, onde clinicou no Hospital de Caridade de Fortaleza e foi cirurgião da Guarda Nacional do Ceará. Por relevantes serviços prestados em Pernambuco, no enfrentamento da epidemia de *cholera morbus*, recebeu de sua Majestade o Imperador, em 1856, o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa. Foi sócio correspondente da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro, da Sociedade Médica de Massachusetts, da Sociedade de História Natural de Frankfurt e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Em 1862, fundou em Fortaleza a revista mensal de medicina *A Lanceta*, da qual foi redator. Aficionado pelas ciências naturais, já em 1873 tinha reunido muitos objetos e fragmentos da natureza, coleções de mamíferos, aves, répteis, peixes, cefalópodes, crustáceos, aracnídeos, insetos, zoófitos, assim como espécimes das áreas da paleontologia, mineralogia, arqueologia e da numismática, com os quais organizou um museu, o primeiro existente no Ceará. Após sua morte em 1875, as coleções do seu museu particular foram doadas ao Governo da Província do Ceará, passando a compor o **Museu Provincial**, que funcionou de 1875 a 1885, como uma das dependências

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará

do Gabinete Cearense de Leitura, que, ao encerrar suas atividades em 5 de julho de 1886, passou seu acervo à Biblioteca Pública do Ceará[1], sendo posteriormente removido para a Escola Normal.

Outro importante museu particular teve o processo de formação iniciado com a coleta, pelo professor Francisco Dias da Rocha, do material que, a partir de 1884, iria constituir o acervo do **Museu Rocha**. Na residência de sua família, localizada na Avenida Tristão Gonçalves (antiga Rua do Trilho de Ferro), esquina com a Rua São Paulo, Dias da Rocha foi reunindo peças relacionadas à Botânica, à Arqueologia, à Mineralogia e à Geologia, cultivando também um jardim com coleções de Fougeras, Cactáceas e Aráceas cearenses e muitas outras espécies vegetais nativas. Em 1898, Dias da Rocha deixou a atividade comercial, que exercia até então, para se dedicar ao estudo das ciências naturais, à ampliação de suas coleções, mediante aquisição de novas espécimes da fauna e da flora cearenses, e ao magistério superior. O pai, comerciante português Joaquim Dias da Rocha, deu apoio à atividade do filho, adquirindo os imóveis vizinhos à residência, passando o Museu Rocha a ocupar os prédios n.º 157, 161 e 167 da Avenida Tristão Gonçalves, aberto na época à visitação pública aos domingos.

Como meio de divulgar o acervo do museu e favorecer o estudo de temas relacionados com a história natural, Dias da Rocha deu início à publicação do **Boletim do Museu Rocha**. Foram publicados dois números, correspondentes ao volume I: o primeiro, em janeiro de 1908, e o segundo, em junho de 1911. No primeiro número, consta que a sua coleção zoológica era composta de 2.094 espécies, com 2.668 exemplares; a flora, de 274 exemplares, continha cogumelos, líquens, musgos, selaginelas e algas; folhas, frutas, sementes, madeiras e monstruosidades vegetais, e um jardim com pteridófitas e cactáceas; a coleção geológica, mineralógica e paleontológica tinha 627 exemplares; havia ainda peças arqueológicas, inúmeros jornais e alguns Almanaques do Ceará, coleção de retratos de governadores, presidentes e vice-presidentes do Ceará; e coleção pré-histórica e etnográfica cearense. No número dois, foram relacionados os acréscimos nas coleções, no período de 1909 a 1910,

[1] AZEVEDO, Miguel Ângelo. Cronologia Ilustrada de Fortaleza - Roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza, Portal da História do Ceará, 2005. Disponível em: http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3746&catid=297&Itemid=101

em que consta catálogo da coleção de ninhos e ovos de aves do Ceará, catálogo de conchas univalves e bivalves, insetos ortópteros, hemípteros, homópteros e himenópteros, e os quelônios do Ceará. Nesse número do Boletim Museu Rocha, também foi relacionado o material mineralógico, geológico, paleontológico, arqueológico e numismático, e o registro das tabelas de dados meteorológicos entre dezembro de 1909 e junho de 1910. Aos poucos, o Museu Rocha foi agregando outras coleções, chegando a 850, considerada na época a maior coleção da América do Sul, que reunia animais empalhados, coleções da fauna cearense, utensílios, adornos indígenas, cachimbos, coleções arqueológicas e diversificada coleção mineralógica regional. O próprio professor Dias da Rocha relata como iniciou a formação de suas coleções:

> "*Há cerca de vinte anos, movidos por um instinto todo natural, começamos a colecionar conchas, insetos, pedras, jornais do Ceará, moedas etc., tudo isto reunido em um armário, sem distinção, pois desconhecíamos os elementos mais rudimentares das ciências aplicáveis àquele gênero de estudos, do qual em verdade confessamos que ainda hoje mui pouco conhecemos. Neste estado de promiscuidade conservou-se a coleção até que, dez anos depois, em vista do aumento que tomou, despertou-nos a ideia de organizarmos um pequeno museu em que iríamos dando feição científica, à proporção que fossemos adquirindo conhecimentos com as leituras sobre Ciências Naturais, Arqueologia etc., a que tínhamos começado a dedicar as nossas horas de lazer. Contando com o nosso único esforço e a grande vontade de realizar a nossa ideia, com que julgávamos ser útil à nossa terra, tornando de alguma forma conhecidas as suas riquezas naturais e arqueológicas, lançamos mãos à obra, enfrentando com todos os obstáculos resultantes da falta de elementos pecuniários, intelectuais e sobretudo da indiferença que merece em nosso meio uma empresa desta natureza; relacionamo-nos com naturalistas de outros estados, do estrangeiro e conseguimos finalmente dar ao nosso modesto museu o desenvolvimento atual, em vista do que resolvemos iniciar a presente publicação, em que iremos sucessivamente catalogando, científica e sistematicamente ou não, à medida de nossas forças e de nossos fracos conhecimentos, todas as coleções que o exornam"* ("Ao leitor", *in* "Boletim do Museu Rocha", Livraria Araújo Editora, Fortaleza, 1 (1), p. 1-2, 1908).

Nos anos seguintes, Dias da Rocha publicou as obras: *Botânica Médica Cearense* (1919), *Botânica Agrícola* (1936), *Subsídio para o Estudo da Flora Cearense* (a partir de 1936 a 1946, reiniciado em 1948 e continuado em 1950 e 1954), *Aviária Cearense: aves do Ceará que temos determinadas até hoje* (1939) e *Mamária Cearense: mamíferos do Ceará que temos determinados até hoje* (1945). Há ainda duas obras inéditas: *O Diário de um Naturalista* e *Costumes Funerários de Primitivos Cearenses*, este contendo apenas notas e fotografias. A Lei n.º 179, de 8 de outubro de 1936, em relação ao livro *O Diário de um Naturalista*, abriu crédito especial destinado à sua impressão na Imprensa Oficial, por conta do Estado, impondo como contrapartida do autor, no art. 2.º, a obrigação de *"dar a cada um dos dez primeiros alunos da Escola de Agronomia um exemplar da referida obra como prêmio a seus esforços, e a vender o restante com abatimento de cinquenta por cento, quando a alunos da referida escola"*. Inexplicavelmente, apesar da autorização contida na Lei, a obra jamais foi publicada.

Em 1959, ao completar noventa anos, sem condições físicas e econômicas de manter e conservar o Museu Rocha, Dias da Rocha vendeu todo o seu patrimônio: as coleções mineralógica, geológica e arqueológica, ao Governo do Ceará, *"pela irrisória quantia de cinquenta contos de réis"*: a coleção arqueológica foi para o **Museu do Estado**; parte da coleção entomológica e a seleta biblioteca foram destinadas à Escola de Agronomia; os ninhos e ovos de aves foram para o Departamento de Zoologia da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Anteriormente, Dias da Rocha havia presenteado a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Escola de Agronomia, com interessantes coleções para o estudo da História Natural, acompanhadas do respectivo mobiliário, *"composto por grandes armários de cedro, envidraçados na parte da frente"*. A Escola Normal também foi beneficiada com parte desse acervo.

Museu Histórico do Ceará – 1932

O primeiro museu oficial do Ceará foi o **Museu Histórico do Ceará**, criado, juntamente com o Arquivo Público Estadual, pelo Decreto n.º 479, de 3 de fevereiro de 1932, no Governo de Carneiro de Mendonça, ficando ambos instalados provisoriamente no andar térreo do Palácio

da Luz. O Museu só foi aberto oficialmente à visitação pública após a inauguração, no dia 7 de janeiro de 1933, no casarão da Rua 24 de maio, n.º 238, no centro de Fortaleza. O museu funcionava como uma dependência do Arquivo Público do Estado, com o qual dividia o espaço e as verbas. O Arquivo, dividido em quatro seções, ocupava oito salões, enquanto o Museu, com três seções, tinha o seu acervo *"organizado"* com dificuldade, pela carência de espaço, em apenas duas salas. Funcionava como verdadeiro depósito, sem condições de atender às finalidades para as quais tinha sido criado[2], ambos vinculados à Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, tendo como organizador e primeiro diretor o jornalista, historiador, teatrólogo e poeta **Eusébio** Néri Alves **de Sousa.** (sócio efetivo do Instituto do Ceará, de 27/09/1928 a 22/09/1947)

O Arquivo Público e o Museu Histórico do Ceará funcionaram no casarão da Rua 24 de maio até serem transferidos, no início de 1934, para o prédio da Avenida Alberto Nepomuceno, n.º 332, em frente à Praça de Sé. Em 1951, o Arquivo Público foi deslocado para o pavimento térreo do Palacete Senador Alencar, até então ocupado pelo Instituto do Ceará, enquanto o Museu Histórico do Ceará permanecia no edifício da Praça da Sé. Esses dois prédios, da Rua 24 de maio e da Avenida Alberto Nepomuceno, há muito desapareceram.

Quando Eusébio de Sousa se afastou da direção do museu e do arquivo público, em razão de aposentadoria, o Museu Histórico do Ceará passou por um período de decadência, sofrendo grandes prejuízos, muito desfalcado nas suas coleções, pela negligência dos primeiros sucessores, tanto no tocante à preservação, como em relação à guarda do valioso acervo.

Natália Maia Sousa, na tese de mestrado em sociologia da UFC "*Memórias da Cidade: Representações de Fortaleza no Museu do Ceará" (2011)* descreve esse estado de coisas e as mudanças que se seguiram:

> "*Com a saída de Eusébio de Sousa em 1942, o museu passou por um período de decadência até ser incorporado ao* ***Instituto do Ceará*** *em 1951, quando Raimundo Girão passa a assumir o cargo de diretor – permanecendo até o ano de 1966. O historiador foi indicado pelo Instituto para assumir a direção do Museu. Sob a administração de Raimundo Girão,*

[2] HOLANDA, Cristina Rodrigues. A construção do templo da história: Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará 1932-1942.

> *o então denominado Museu Histórico do Ceará passou por um processo de reformulação, tendo em vista a valorização da identidade cearense, de acordo com uma concepção museológica associada ao fortalecimento de uma identidade mais local que nacional. Nessa mesma época, sua denominação passa a ser* ***Museu Histórico e Antropológico do Ceará****, fato este que já demonstra a tentativa de legitimar um caráter mais local, relacionado à história do Ceará e do Nordeste* (p. 32/33).

Nessa época, *"o Museu precisava de uma administração e o Instituto do Ceará de um prédio"* (SILVA, Ana Carolina Rodrigues da, *in Espaço para um museu nômade: discursos no Museu do Ceará*).

Assim, em 10 de dezembro de 1951, o Governo do Estado e o Instituto do Ceará firmaram convênio, autorizado pela Lei n.º 1.105, de 23 de outubro de 1951, pelo prazo de 20 (vinte) anos, através do qual o Estado passava para o Instituto do Ceará a administração, a conservação e a guarda dos bens do Museu Histórico do Ceará. A mudança do Instituto do Ceará, do Palacete Senador Alencar para o prédio em que estava instalado o Museu Histórico do Ceará, na Av. Alberto Nepomuceno, n.º 332, ocorreu em 1952. O Instituto do Ceará atribuiu a seu associado Raimundo Girão (sócio efetivo do Instituto do Ceará de 19/07/1941 a 24/07/1988) a responsabilidade de reorganizar o museu, tanto em relação à recuperação física, como no tocante a suas finalidades, que passaram a ter objetivo estritamente regional, voltado para a documentação de coisas e fatos relacionados com o Nordeste e, especialmente, com o Ceará. Em janeiro de 1953, concluída a sua recomposição, o museu foi reaberto à visitação pública, refletindo a orientação do reorganizador, que mudou substancialmente o aspecto expositivo e o sentido educacional da entidade e, com muito amor e dedicação, organizou todo o acervo, peça por peça, unidade por unidade, adicionando novos objetos museais, como as coleções indígenas do antigo Museu do Instituto do Ceará e as do Museu Rocha.

Com a decisão do Governo do Estado de construir o Palácio da Justiça (Fórum Clóvis Beviláqua), no local do prédio onde estavam sediados o Instituto do Ceará e o Museu Histórico do Ceará, na Praça da Sé, foi firmado novo acordo entre o Governo do Estado e o Instituto do Ceará, autorizado pela Lei n.º 3.260, de 7 de agosto de 1956, para a obtenção de novo local para o seu funcionamento. Em março de 1957, o Instituto do

Ceará passou a ocupar o edifício do Boulevard Visconde de Cauípe, n.º 2431, no bairro Benfica (atual Avenida da Universidade), para onde foi transferido também o Museu, que ocupou todo o pavimento térreo, com a nova denominação de **Museu Histórico e Antropológico do Ceará**. O historiador Raimundo Girão comandou essa trabalhosa e difícil mudança, auxiliado pelas conservadoras, Dra. Luci Seraine e Valdelice Carneiro Girão (sócia efetiva do Instituto do Ceará de 04/11/1988 a 18/07/2014), que foi a responsável pela classificação de todas as peças ali existentes.

Museu Histórico e Antropológico do Ceará – 1957

Na nova sede do Museu Histórico e Antropológico do Ceará, no Boulevard Visconde de Cauípe n.º 2431, as coleções foram distribuídas em quatro salas principais: Sala da Cidade, Sala do Sertão, Sala do Índio e Sala Eusébio de Sousa. Havia mais duas salas menores: a Sala dos Generais e a Sala da Diretoria.

Sala da Cidade

A Sala da Cidade se destinava à exposição de peças e coleções relacionadas à vida e à história da capital cearense, destacando-se:

- Uma coleção de plantas (mapas), apresentando a evolução urbanística de Fortaleza, desde a construção do forte holandês Schoonenborch, até meados da década de 1950.

- Mostruário com objetos de uso pessoal de abolicionistas cearenses, que contribuíram para que o presidente da província do Ceará, Sátiro de Oliveira Dias, declarasse, em 25 de março de 1884, a libertação de todos os escravos do Ceará, tornando-se a primeira província brasileira a extinguir a escravidão, quatro anos antes da Lei Áurea.

- Grande e imponente tela – "Fortaleza Liberta" – do pintor cearense José Irineu de Sousa, que retrata a solenidade de libertação dos escravos em Fortaleza, em 24 de maio de 1883.

- Laje (pedra de lioz), em comemoração à fundação da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em 1816, "no momento em que o antigo bastião flamengo, de madeira que era, se levantava em alvenaria de pedra-e-cal".

- Retrato a óleo, único, do notável administrador Antônio Rodrigues Ferreira – o Boticário Ferreira –, intendente a quem Fortaleza deve grande parte de sua regularidade urbanística.

Sala do Sertão

A sala do sertão documenta a vida sertaneja no Nordeste, com destaque para:

- A vida do vaqueiro, construtor de uma civilização típica – a civilização do boi, denominada por Capistrano de Abreu como a Era do Couro.

- A roupa típica do vaqueiro, exposta num dos mostruários da sala, com o gibão, o guarda-peito, as perneiras, o chapéu de couro, calçados (sandálias), a sela ou ginete e os arreios.

- Objetos de uso pessoal do Padre Cícero (Cícero Romão Batista), o *"taumaturgo de Juazeiro"*.

- Conjuntos da arte popular e de cerâmica utilitária.

Dominava o ambiente da Sala do Sertão um belo mural, de autoria do pintor autodidata maranhense Floriano Teixeira.

Sala do Índio

A Sala do Índio, considerada, sob o ponto de vista científico, a mais importante do museu, reunia, convenientemente expostas:

- Inúmeras peças que comprovam a arte, os costumes e a faina diária dos indígenas que habitavam a região Nordeste, notadamente o Ceará.

- A coleção lítica, uma parte procedente da coleção etnográfica do "Museu Rocha", pacientemente coletada e classificada pelo naturalista Prof. Dias da Rocha, e outra parte decorrente do trabalho de cuidadosas pesquisas e criteriosa catalogação, feitas pelo Dr. Thomaz Pompeu Sobrinho (sócio efetivo do Instituto do Ceará, de 27/09/1928 a 09/11/1967, e seu presidente, de 25/09/1938 a 09/11/1967), de enorme valor, pela variedade e raridade de seus utensílios.

- Mais de mil e duzentos machados líticos, rebolos, amuletos, cachimbos, pilões, igaçabas e camucins, numa evocação de longínquas reminiscências históricas. Essa sala era considerada um verdadeiro passeio

pelas alamedas da pedra polida, evidenciando o contraste entre o primitivismo espontâneo e o cientificismo da atualidade.

Sala Eusébio de Sousa

Os artefatos e espécimes expostos nessa sala, de natureza histórica, lembram importantes figuras que marcaram, por suas obras e atitudes, a História do Ceará, dentre os quais: Capistrano de Abreu, Farias Brito, Clóvis Beviláqua, Senador Pompeu, Tristão Gonçalves, Rodolfo Teófilo, Leonardo Mota e muitos outros que estão presentes, por fatos e objetos que evocam a sua memória.

São lembrados ainda:

- A ação dos pracinhas na Itália.
- O suplício judiciário do caudilho Pinto Madeira.
- Os expoentes da intelectualidade cearense, integrantes da "Padaria Espiritual".
- Os combatentes anônimos que enfrentam, no dia-a-dia, a fúria do mar bravio, através da jangada cearense, exposta no centro da sala.

Sala dos Generais

A pequena Sala dos Generais teve o objetivo de prestar um solene reconhecimento a duas figuras gloriosas do Exército Brasileiro, com a exposição de peças da mobília do herói da Guerra do Paraguai Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, o Brigadeiro Tibúrcio, e de comendas do Brigadeiro Antônio de Sampaio[3], herói da Guerra da Tríplice Aliança, considerado um dos maiores militares da história do Brasil independente, Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro.

O Guia do visitante do Museu Histórico e Antropológico do Ceará assim encerra a parte descritiva da Sala dos Generais:

---

[3] As comendas do Brigadeiro Sampaio foram transferidas em 1998, para o "Museu Brigadeiro Sampaio" que funciona no sítio histórico da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Disponível em: http://www.legiaodainfantariadoceara.org/leginf_MuseuSampaio2012-condecoracoes.html

> *"Os minguados metros da área da Sala estão em razão inversa da grandeza de expressão dos dois afamados militares. Duas espadas rutilantes que outra vez se juntaram, agora no campo sereno da Justiça e do Reconhecimento."* (GIRÃO, Raimundo, 1960).

Vinculação do Museu à Secretaria de Cultura do Ceará

Diante da necessidade de expansão da Universidade Federal do Ceará, para instalação e funcionamento da Faculdade de Economia, o então Reitor Martins Filho (sócio efetivo do Instituto do Ceará de 06/01/1943 a 20/12/2002 e seu presidente de 04/03/1985 a 06/03/1989) propôs ao Instituto do Ceará a permuta do prédio que ocupava na Avenida da Universidade, n.º 2431, com o prédio situado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1594, na Praça do Carmo, que seria desapropriado e reformado pela Universidade Federal do Ceará.

Em sessão de 27 de outubro de 1966, o Instituto do Ceará aprovou a proposta de mudança e em setembro de 1967 o pedido foi aceito pelo Governo do Estado, efetivando-se a permuta dos prédios. Após a mudança, o Museu Histórico e Antropológico do Ceará ocupou o térreo do Palacete Jeremias Arruda, na Rua Barão do Rio Branco, n.º 1594, enquanto o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) ficava no andar superior. Mas foi por muito pouco tempo.

Com a edição da Lei n.º 8.541, de 9 de agosto de 1966, foi criada, na estrutura administrativa do Estado, sendo governador Virgílio de Moraes Fernandes Távora, (sócio efetivo do Instituto do Ceará de 04/07/1974 a 03/06/1988) a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, a primeira do Brasil, desmembrada da Secretaria Estadual de Educação, com a missão de executar, superintender e coordenar as atividades de proteção do patrimônio cultural do Ceará, objetivando a difusão da cultura e o aprimoramento cultural do povo cearense. Ainda em 1967, o museu voltou para a tutela do Governo do Estado, vinculado à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), sendo mais uma vez transferida a sua sede, desta feita para o prédio da Av. Barão de Studart, nº 410, onde funciona atualmente o Museu da Imagem e do Som do Ceará.

A partir de 1971, houve uma redefinição na função do museu, voltada para o campo educativo e pedagógico, possibilitando o ensino da história através dos temas enfocados nas exposições, tais como, o abolicionismo, a cultura indígena, a arte popular cearense e outros. Foi implantado o projeto *"Museu-Escola"* e ampliado o número de salas expositivas, de cinco para nove. Duas dessas salas mantiveram o mesmo nome: Sala da Cidade e Sala Eusébio de Sousa; três preservaram os mesmos temas, mas com nomes diferentes: a Sala do Índio passou a ser Sala Pompeu Sobrinho, a Sala do Sertão recebeu a denominação de Sala do Vaqueiro; e a Sala dos Generais passou a ser a Sala das Armas. Além dessas, foram criadas quatro novas salas: Sala da Abolição, Sala Dias da Rocha, Sala do Folclore e Sala Capistrano de Abreu.

No início dos anos 1990, no Governo de Tasso Jereissati, o acervo do museu foi deslocado para as dependências do Palacete Senador Alencar, na Rua São Paulo n.º 51, onde teria finalmente a sua sede definitiva.

Palacete Senador Alencar

Para instalação da futura sede da Assembleia Provincial do Ceará, foi escolhido, no início do século XIX, um terreno situado no quadrilátero entre as Ruas São Paulo, General Bezerril, Floriano Peixoto e Travessa Morada Nova.

Em 1856, o presidente do Conselho da Intendência Municipal, Vicente Pires da Mota, mandou levantar a planta do edifício e encarregou o presidente da Câmara Municipal, Antônio Rodrigues Ferreira, o Boticário Ferreira, de adquirir as casas ali existentes, para no local construir o edifício. Contratado o empreiteiro da obra Joaquim da Fonseca Soares e Silva, a construção do Palácio foi iniciada em 25 de outubro de 1856, mas paralisada de 1857 a 1863, depois que tinham sido concluídos os alicerces do prédio.

Para dar continuidade à construção, a partir de 1864, o engenheiro Adolfo Herbster foi incumbido de elaborar a planta, a partir dos alicerces feitos na primeira fase da construção, e executar a obra. A construção do prédio foi concluída e entregue oficialmente em 03 de março de 1871, para

instalação da Assembleia Provincial do Ceará, cuja inauguração ocorreu em 04 de julho desse mesmo ano.

Trata-se de uma edificação neoclássica, isolada no entorno, sem recuos e de planta retangular, com acessos nas quatro laterais. Os adornos do pavimento térreo e do primeiro pavimento são de tipos semelhantes. Quanto às esquadrias da parte superior, são dotadas de gradil trabalhado, que as fecha, como peitoris de sobrado, enquanto no pavimento térreo o fechamento é feito somente com esquadrias de madeira e vidro. No acesso principal, se destacam colunatas dóricas que sustentam o avarandado do pavimento superior, encerrado por balaustrada, onde sobressai um frontão triangular com o Brasão da República. O revestimento das paredes possui frisos horizontais negativos, que convergem para os arcos das aberturas, de forma radial; a marcação vertical das fachadas fica por conta de pilares ligeiramente sacados, enquanto a horizontal limita bem os dois pavimentos e é constituída por uma cornija ao centro e outra ao topo na platibanda. Essa é uma das mais belas obras da arquitetura produzida no Ceará e constitui um marco oficial do estilo neoclássico brasileiro.

Por cento e seis anos, a Assembleia Provincial do Ceará, e, posteriormente, a Assembleia Legislativa do Ceará, ocuparam esse imóvel, de significativo valor histórico, até o dia 13 de maio de 1977, quando ocorreu a mudança para a nova sede – *Palácio Adauto Bezerra*, na Avenida Desembargador Moreira, n.º 2807, no bairro Dionísio Torres.

Durante todos esses anos, em diferentes épocas desde a inauguração, a Assembleia Legislativa cedeu o espaço do andar térreo do Palacete Senador Alencar para sediar a Biblioteca Pública do Estado, a Academia Cearense de Letras, o Instituto do Ceará, o Tribunal Regional Eleitoral e o Arquivo Público Estadual. Na ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), com o fechamento das casas legislativas, o prédio todo recebeu outra destinação, ficando a parte de cima com o Tribunal de Contas do Estado e a de baixo com a Faculdade de Direito.

A denominação dada ao majestoso edifício – *Palacete Senador Alencar* – foi uma homenagem a José Martiniano Pereira de Alencar, padre, jornalista e senador vitalício do Império, duas vezes presidente da Província do Ceará, e pai do escritor e romancista José de Alencar.

O Palacete Senador Alencar foi tombado pelo IPHAN, como Monumento Nacional, em 28 de fevereiro de 1973, por iniciativa do arquiteto José Liberal de Castro (sócio efetivo do Instituto do Ceará desde 22/07/1991).

Museu do Ceará

Para atender à nova destinação e sediar o Museu do Ceará, o histórico Palacete Senador Alencar foi reformado e adaptado, a partir do início dos anos 1990, mantendo suas características arquitetônicas originais. A demora na reabertura do museu ocorreu em razão da necessidade de ser feita, após a mudança do acervo para a nova sede, a catalogação de todo o material. O Museu do Ceará foi dotado de infraestrutura adequada, com nova disposição do projeto museográfico, climatização entre 27 e 28 graus e iluminação especial. Depois da reinauguração em 25 de março de 1998, foi instalado o Núcleo Educativo do Museu do Ceará e aberta a exposição de curta duração intitulada *Jangadas* e a de longa duração, *Ceará Terra de Luz e Ceará Moleque: que história é essa*?, dividida nos módulos temáticos: *Terra da luz, Sertão e mar*; S*ímbolos e emblemas do poder*; *Escravidão e abolição*; *Letras e artes; Trincheiras e barricadas*; *Religiosidade popular*; *Ceará moleque; e Fortaleza: cidade-sol.*

Em 2001, foi criada a Sala Paulo Freire, destinada à realização de cursos, palestras e seminários e, em 2002, inaugurado o Memorial Frei Tito (Tito de Alencar Lima), frade dominicano cearense, que se tornou um dos mais atuantes defensores dos direitos humanos, na época do *"Governo Militar"* implantado no Brasil em 1964.

Pela planta da edificação, se identifica a destinação de uso dos ambientes do Palacete Senador Alencar. No pavimento térreo: à esquerda do hall de entrada, se situam: a Administração, o Auditório Paulo Freire e duas salas para Reserva Técnica (áreas restritas aos funcionários do museu, onde os objetos que não estão expostos ficam guardados, devidamente higienizados, numerados, catalogados e arquivados); à direita, o Memorial Frei Tito e uma grande sala para exposições temporárias. No pavimento superior, em ambos os lados, duas salas de exposição grandes e duas pequenas, além do almoxarifado. O atual acervo do Museu do Ceará

é de cerca de quinze mil peças, oriundas de compras e de doações de particulares e de instituições públicas. Entre medalhas e moedas históricas, há quadros, móveis, peças arqueológicas, artefatos indígenas, bandeiras, fardamentos militares e armas. Há também peças de *"arte popular"* e uma coleção de cordéis publicados entre 1940 e 2000, com novecentos e cinquenta exemplares. Há objetos que se relacionam com os chamados fatos históricos, como a escravidão, o movimento abolicionista e movimentos literários, como a famosa *"Padaria Espiritual",* de grande importância para a História da Literatura Cearense e Brasileira. As exposições temáticas permanentes referem-se a temas de interesse da história do Ceará, entre os quais os poderes constituídos, as lutas e revoltas populares, a religiosidade, a produção intelectual e a irreverência do cearense.

Em janeiro de 2008, foi inaugurada no Museu do Ceará a exposição de longa duração *"Ceará: história no plural"*, dividida nos seguintes módulos:

- *Povos indígenas entre passado e presente*, em que são mostrados arcos, flechas, urna funerária, cachimbos, vasilhas de cerâmica, lâminas de machados, utensílios usados na pesca e no processamento de vegetais.

- *Poder das armas e as armas do poder*, que apresenta artefatos utilizados para a constituição do poder: o escudo das armas de Fortaleza e as fardas da Guarda Municipal; quadros dos Presidentes da Província e dos Governadores do Estado do Ceará; retrato a óleo de D. Pedro II; moedas do Brasil Colônia, do Império e da República; espadas utilizadas no Brasil Império e na República; mesa onde foi assinada a condenação de Pinto Madeira, em 1834; medalhas honoríficas; chave da antiga Casa de Detenção de Fortaleza; punhais que pertenceram a cangaceiros; revólveres de fabricação francesa; fuzis de fabricação europeia e norte-americana, e outros.

- *Artes da escrita*, onde são apresentados: o quadro com os sócios da Padaria Espiritual e sua bandeira; fardão da Academia Brasileira de Letras; livros e cordéis; e vários objetos como escrivaninhas, máquinas de escrever, perfurador e pegador de papel, óculos, chapéu e rede, que pertenceram a intelectuais cearenses.

- *Escravidão e abolicionismo*, com a exposição de objetos que se referem à participação do negro na história do Ceará e ao movimento abolicionista

no Estado, como o quadro *"Perseverança e Porvir"*, com os membros da entidade abolicionista criada em 1879 e o estandarte da *"Libertadora Estudantil"*, criada em 1883; o livro com capa de prata – oferecido pelos portugueses residentes em Fortaleza – onde foi inscrita a ata da sessão da abolição dos escravos no Ceará, ocorrida em 1884; a figura, em madeira, da proa da barca Laura II, onde ocorreu um levante de escravos que terminou com a morte de toda a tripulação, em 1839, ficando o episódio conhecido como *"massacre da Laura"*; e a Calunga, figura representativa do Maracatu.

- *Padre Cícero: mito e rito* é o módulo onde são apresentados objetos de seu uso pessoal, como batina, chapéu e cajado; imagens do Padre Cícero em madeira; duas fotografias da Sedição de Juazeiro (1914), que teve no Padre Cícero um de seus líderes; um fuzil com a inscrição "Padre Cícero", que foi usado por um jagunço na Sedição de Juazeiro e outros.

- *Caldeirão: fé e trabalho* é o módulo em que estão expostos objetos como a cruz de madeira que pertencia à comunidade Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (no município do Crato), liderada pelo beato José Lourenço, no período de 1926-1936 e sua bandeira, assim como, enxadas, cadeira e turíbulo da capela da comunidade e um quadro com a imagem do líder religioso.

- *Fortaleza: imagens da cidade*, apresentada em sua multiplicidade de aspectos: social, econômico, político e cultural, em cuja exposição foi inserido o Bode Ioiô, figura folclórica da cultura popular cearense, que, segundo a crença popular, costumava perambular pelas ruas centrais da cidade, na companhia de boêmios e escritores que frequentavam os bares e cafés. O nome Ioiô lhe foi dado por percorrer sempre o mesmo itinerário, num vai e vem, desde a Praça do Ferreira até a Praia de Iracema. O Bode Ioiô foi imortalizado, ao ser empalhado e doado ao acervo do Museu, após sua morte em 1931.

Além de concentrar um dos maiores e mais importantes acervos do Estado, o Museu do Ceará promove cursos, oficinas, palestras e publicações na área da museologia e da história, visitas orientadas e capacitação para professores, destacando-se como um núcleo de ações educativas, em parceria com a Universidade Federal do Ceará. Sua política cultural

está sintonizada com os princípios da pedagogia de Paulo Freire, no atendimento ao público diversificado que vai ao Museu: pesquisadores, estudantes da educação básica e superior, visitantes de Fortaleza e turistas do Ceará, do Brasil e de outros países.

Nesses 88 anos do Museu do Ceará, é importante ressaltar que, desde sua fundação até 1971, o museu funcionava obedecendo à concepção tradicional, oferecendo aos visitantes um "modelo antiquarista", em que a história, mostrada em suas coleções e exposições, estava pronta e acabada, cabendo ao visitante somente tomar conhecimento do que lhe era apresentado. O museu era o lugar de representação da verdade histórica (RUOSO, 2009). O fundador e diretor Eusébio de Sousa adotou essa concepção de museu, assim como seus primeiros sucessores. A partir de 1971, foi iniciado um projeto educativo no Museu do Ceará, sendo firmadas parcerias com as escolas, mas foi mantida a sua concepção tradicional.

A historiadora Cristina Rodrigues Holanda (2006) descreve o período de transição entre a forma de organização tradicional do museu, em suas primeiras décadas de funcionamento, e a concepção que passou a vigorar a partir do ano 2000:

> "*Durante várias administrações, com poucas diferenças, o Museu do Ceará manteve esse perfil inaugurado por Eusébio de Sousa, que atualmente denominamos de museu histórico "tradicional". Com a renovação dos estudos históricos, da pedagogia e da museologia no Brasil, novas percepções acerca da estrutura e do papel social dos museus de História começaram a emergir, atingindo o Museu do Ceará e todos os espaços museais em maior contato com as universidades. Essas instituições foram perdendo a sua fisionomia de "templo" (lugar da contemplação) e começam a ganhar contornos de fórum, espaço dos debates e da produção do conhecimento. Longe de proporem uma "visita ao passado", estão buscando a promoção de um diálogo com o pretérito a partir de objetos antigos e atuais, em sintonia com as inquietações e demandas do tempo presente".*

Foi sob a direção do historiador Régis Lopes Ramos, em maio de 2000, que se iniciou a implantação, no Museu do Ceará, dessa nova concepção de museu, com uma visão interpretativista da história,

orientando o estudioso/visitante a não mais reproduzir os fatos tal qual ocorreram, mas oferecendo-lhe argumentos para uma reflexão crítica. Segundo Régis Ramos,

> *"o objetivo não é mais a celebração de personagens ou a classificação enciclopédica da natureza, e sim a reflexão crítica. Se antes os objetos eram contemplados, ou analisados, dentro da suposta 'neutralidade cientifica', agora devem ser interpretados, objetivando-se o aprofundamento da educação, com a percepção mais crítica sobre o mundo do qual fazemos parte e sobre o qual devemos atuar de modo mais reflexivo" (RAMOS, 2004).*

O Museu do Ceará, instalado no magnífico e imponente Palacete Senador Alencar, ele próprio verdadeira joia museológica, é o recanto sagrado, em que o estudioso e o visitante podem resgatar e fazer reviver, através das exposições temporárias e permanentes, a memória da heroica história do povo cearense.

Em novembro de 2019, o Museu do Ceará fechou para reformas e permanece fechado, em razão da decretação de regras de isolamento social, pelos governos estadual e municipal, em decorrência da pandemia de coronavírus, que se instalou no Ceará, no Brasil e em todo o mundo.

***

BIBLIOGRAFIA

ALMADA, Zenilo. *O bonde e outras recordações*. Fortaleza: Expressão Gráfica. 2005.

BARROSO, Henrique Medeiros. *Museu Histórico e Antropológico: 50 anos (1933-1983).* Fortaleza. Secretaria Estadual de Cultura e Desporto. 1983.

CARVALHO, Antônio Victor Almada. *O Legado Educacional do Professor Dias da Rocha e sua Contribuição ao Acervo do Museu do Ceará.* UFC. Fortaleza. 2013.

DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ. *Estudos de Innocencio Francisco da Silva, Applicaveis a Portugal e Brasil, continuados e ampliados por Brito Aranha*.Tomo décimo segundo. p. 7. Lisboa, Imprensa Nacional. 1884.

GIRÃO, Raimundo. *Guia do visitante do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Instituto do Ceará. Fortaleza. 1960.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da história (1932-1942)*. Fortaleza: SECULT, 2005.

A construção do templo da história: Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942). Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.

MORENO, Márcia Rejane Bitu. *Museu do Ceará: relatos da administração de um bem cultural (1932-1998)*". Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 1999.

OLIVEIRA, Albino. *Museu do Ceará.* Pesquisa Escolar Online. Fundação Joaquim Nabuco. Recife. 2009.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976).* SECULT. CE. 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino da História.* Chapecó: Argos, 2004.

RUOSO, Carolina. *Museu Histórico e Antropológico do Ceará (1971-1990): uma história do trabalho coma linguagem poética das coisas, objetos, diálogos e sonhos nos jogos de uma arena política.* UFPE. Recife. 2008.

SILVA, Ana Carolina Rodrigues da. *Espaço para um museu nômade: discursos no Museu do Ceará*. UFC. Fortaleza. 2010.

SOUSA, Natália Maia. *Memórias da Cidade: Representações de Fortaleza no Museu do Ceará.* UFC. Fortaleza. 2011.

SUCUPIRA, Luís. *A nova sede do Instituto.* Revista do Instituto do Ceará. 1967, p.275-280. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1967/1967-ANovaSededoInstitutodoCeara.pdf